

1. Introdução

O objetivo dessa dissertação é discutir sobre o trabalho desenvolvido pelos agentes comunitários de saúde (ACS), no que diz respeito ao acompanhamento às famílias de portadores de transtorno mental que se encontram desinstitucionalizados¹ e em tratamento médico ambulatorial no município de Muriaé – MG.

A escolha do tema não se deu por acaso, foi fruto de uma trajetória acadêmica entrecortada por experiências na área da saúde mental. No primeiro momento, como estagiária da enfermagem do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e também no Hospital Dia do mesmo Instituto, ambos durante o ano 2002. Posteriormente, como assistente social do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Muriaé MG, durante dois anos e meio.

Durante o estágio realizado na Enfermagem e no Hospital Dia – UFRJ durante o ano de 2002, percebia que a instituição buscava implementar os princípios da Reforma Psiquiátrica, mas, na prática, esta implementação esbarrava em algumas dificuldades. No novo modelo de tratamento preconizado pela Reforma Psiquiátrica, a família, os profissionais e os usuários devem participar ativamente do tratamento visando à inclusão social do portador de transtorno mental. Assim, como responder a essa demanda uma vez que durante décadas o tratamento destinado ao portador de transtorno mental foi centrado no modelo hospitalocêntrico, institucionalizado, caracterizado pela segregação e exclusão social?

Durante a atuação, enquanto assistente social no CAPS Muriaé – MG percebia a importância de uma rede de serviços de saúde e socioassistenciais articulados e integrados que pudessem responder às necessidades dos portadores de transtorno mental que, em função das mudanças da Reforma Psiquiátrica, passam a ser vistos como sujeitos de direitos e desvinculados do modelo

¹ A desinstitucionalização tem uma conotação muito mais ampla do que simplesmente deslocar o centro da atenção do hospício, do manicômio, para a comunidade. Enquanto este existir como realidade concreta, as ações perpassarão, necessariamente, por desmontar este aparato, mas não acabam aí. Para Rotelli, é o conjunto que é necessário desmontar (desinstitucionalizar) para o contato efetivo com o paciente na sua “existência” doente. (Hirdes, A. A Reforma Psiquiátrica No Brasil: Uma (Re) Visão. 2007)

hospitalocêntrico. O CAPS oferece a oportunidade de lidar com alguns agentes comunitários de saúde, integrantes do Programa Saúde da Família (PSF) e percebe-se a importância da atuação destes agentes não só na construção da rede de serviços fundamental para o processo de desinstitucionalização, como também no processo de reabilitação e inclusão social dos portadores de transtorno mental.

Alguns agentes comunitários de saúde eram capazes de identificar e acompanhar diversas demandas em saúde mental, pois, entre outros fatores, encontram-se diretamente no espaço da comunidade e da família do portador de transtorno mental. A atuação destes agentes comunitários junto ao CAPS gerava frutos positivos, uma vez que facilitava a comunicação com a família do doente mental; controle dos medicamentos e reduzia índices de internações. Mas, paradoxalmente, havia alguns agentes comunitários que possuíam um olhar diferenciado frente ao portador de transtorno mental, perpetuando uma visão de discriminação e estigma, dificultando o processo de inclusão social e reabilitação dessas pessoas. Além disso, não mantinham uma boa comunicação com o CAPS, revelando despreparo para lidar com as demandas da saúde mental, o que refletia diretamente no tratamento dos pacientes, como por exemplo: a má administração medicamentosa que resultava em crises; internações; falta de participação da família no tratamento e outros.

Acredita-se que a identificação e o acompanhamento das situações que envolvem o portador de transtorno mental e suas famílias pela equipe do PSF² especialmente pelos ACS, são passos de extrema importância para a superação do modelo hospitalocêntrico em saúde mental, efetivação dos ideais da Reforma Psiquiátrica e articulação da rede de serviços contribuindo para a inclusão do portador de transtorno mental na sociedade.

Parte-se do pressuposto de que os agentes comunitários de saúde são interlocutores, em potencial, entre o doente mental, a família e os profissionais da área da saúde (especialmente os do CAPS e PSF), pois encontram-se cotidianamente no espaço da comunidade onde os serviços e as famílias estão

² Estratégia prioritária adotada pelo Ministério da Saúde (MS) para a organização da atenção básica, no âmbito do SUS, dispondo de recursos específicos para seu custeio. A estratégia Saúde da Família estrutura-se da seguinte forma: cada equipe é composta por um conjunto de profissionais (médico, enfermeiro, auxiliares de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde). A equipe de saúde da família tem como função promover o conceito de saúde como direito à cidadania, humanização do atendimento à saúde, consultas médicas e de enfermagem, prevenir doenças. (Ministério da Saúde, 1999, p. 57)

localizados e têm muito a contribuir com a rede de atenção básica de saúde. Porém, é necessário que tais profissionais adquiram uma postura livre de preconceitos e sejam preparados de forma qualificada para lidar com as demandas relacionadas à saúde mental, uma vez que o doente mental necessita de cuidados assim como os diabéticos, hipertensos, grupo de risco entre outros que se configuram como população alvo de suas intervenções. (Franco, 2006)

Assim, no que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelos ACS, junto às famílias do portador de transtorno mental que se encontram em tratamento médico ambulatorial no município de Muriaé – MG, surgiram importantes indagações que motivaram a realização deste estudo tais como: Que tipo de capacitação os agentes comunitários recebem no PSF para acompanhar famílias que possuem alguém em atendimento médico-ambulatorial? Na visão dos ACS, como o PSF pode contribuir para a inclusão social do portador de transtorno mental na sociedade? O que seria necessário ser trabalhado para que a atuação dos agentes comunitários de saúde possa contribuir efetivamente para o novo modelo de tratamento previsto pela Reforma Psiquiátrica? Que habilidades e competências os agentes de saúde consideram importantes na relação com a família do portador de transtorno mental?

Diante de tais indagações, é de extrema importância investigar o trabalho dos ACS frente aos portadores de transtorno mental, uma vez que o estudo pode trazer significativas contribuições para a atenção básica à saúde mental do município de Muriaé – MG. Além disso, esse estudo poderá oferecer subsídios para a equipe do PSF, bem como ampliará os conhecimentos dos assistentes sociais que estão inseridos direta ou indiretamente com as demandas da saúde mental, subsidiando a promoção de uma postura crítica, reflexiva e comprometida com a efetivação das mudanças de paradigma assistencial proposto por esta estratégia. Dessa forma, seria possível sinalizar como os agentes comunitários de saúde colaboram no processo de reabilitação do portador de transtorno mental; identificar se o PSF contempla, de forma satisfatória, as demandas da Saúde Mental do município de Muriaé – MG e verificar se os princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica são vivenciados de forma efetiva pela equipe do PSF, principalmente pelos agentes comunitários.

Com base nestas questões, formulou-se, para o presente estudo, o seguinte objetivo geral: Identificar o trabalho desenvolvido pelos agentes comunitários de saúde, no que diz respeito ao acompanhamento dos acometidos por transtornos mentais, e que se encontram desinstitucionalizados e em tratamento médico ambulatorial no município de Muriaé – MG.

Para orientar a elaboração da investigação a qual esse estudo se propôs, estabeleceu-se quatro objetivos específicos importantes: conhecer a concepção de saúde mental que orienta o trabalho dos agentes comunitários de saúde; investigar se os agentes comunitários de saúde recebem algum tipo de capacitação para lidar com as demandas da Saúde Mental; conhecer na visão dos agentes comunitários de saúde, o que facilita e o que dificulta o trabalho dos mesmos na relação com as famílias de pessoas acometidas pelo sofrimento psíquico; contribuir para a consolidação de uma prática qualificada em saúde mental, especialmente dos agentes comunitários de saúde do referido município.

Em razão desses objetivos, optou-se por realizar a pesquisa em três unidades do Programa Saúde da Família do município de Muriaé, interior de Minas Gerais. É importante ressaltar que o projeto foi submetido à aprovação da Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé-MG³. Após aprovação foi encaminhada uma cópia do projeto ao Secretário Municipal de Saúde de Muriaé-MG, bem como para sua assessora e, além disso, foi emitida uma declaração por escrito autorizando a realização da pesquisa nas três unidades do PSF: Barra, Safira e Santa Terezinha.

Todos os ACS entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e ficaram com uma cópia, sendo que dois ACS não aceitaram participar da entrevista e a decisão dos mesmos foi respeitada pela pesquisadora.

A pesquisa realizada foi do tipo exploratória, de cunho qualitativo e como técnica de coleta de dados utilizou-se a entrevista semi-estruturada, que foi realizada com treze ACS que atuam em três unidades diferentes de PSF no município de Muriaé-MG. As entrevistas foram gravadas com o prévio consentimento dos sujeitos entrevistados e após sua transcrição foram analisadas a partir dos seguintes quesitos: da caracterização dos agentes comunitários de saúde entrevistados; da concepção de Saúde Mental dos ACS; do desenvolvimento das

competências para a assistência em saúde mental; e das dificuldades e aspectos limitantes da assistência aos portadores de transtorno mental.

Para melhor entendimento, o trabalho foi estruturado da seguinte forma: o capítulo 2 busca contextualizar a história da loucura do movimento da Reforma Psiquiátrica; da trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil e da reestruturação da rede psiquiátrica tendo em vista as exigências do processo de desinstitucionalização. O capítulo 3 discorre sobre a saúde mental na atenção básica, salientando a importância de um tratamento humanizado aos portadores de transtorno mental, bem como a constituição de uma rede de serviços destinada à saúde mental. O capítulo 4 trata da pesquisa empírica, expõe e analisa os dados coletados.

A presente dissertação não pretende esgotar o tema, mas levantar questões que possam subsidiar novos estudos sobre a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde junto aos portadores de transtorno mental no município de Muriaé-MG, bem como sinalizar para a importância desse profissional na rede de saúde mental do referido município.